



**II Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2015**  
**Ata de Reunião da Comissão Permanente de Educação – COPEDUC**

<b>Data:</b> 05/08/2015 a 07/08/2015	<b>Local:</b> sede da Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais
<b>Horário (início):</b> 09h00	<b>Horário (término):</b> 18h

**Objetivo da Reunião: II Reunião Ordinária da COPEDUC - 2015**

**LISTA DOS PRESENTES**

<b>Participantes</b>	<b>Cargo/Unidade</b>
Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick	MPMG - Coordenadora-Geral
Simone Disconsi de Sá Campos	MPGO - Vice-Coordenadora
Eleonora Marise Silva Rodrigues	MPPE - Secretária
Afonso Jofrim Macêdo Ferro	MPPA
Alexandro Sampaio Santana	MPSE
Almir Fernandes Branco	MPAC
Ana Carolina Coutinho	MPPB
Antônio de Oliveira Lima	MPT
Bianca Mota de Moraes	MPRJ
Cátia Gisele Martins Vergara	MPDF
Cíntia Guanaes	MPBA
Fabíula de Paula Secchin	MPES
Ioná Silva de Souza Nunes	MPPA
Iveluska Alves Xavier da Costa Lemos	MPRN
Judith Gonçalves Teles	MPAP
Luiz Antônio Miguel Ferreira	MPSP
Maria Cecília Pontes Carnaúba	MPAL
Maria Cristina Manella Cordeiro	MPF
Maria Cristina Rocha Pimentel	MPES



Ricardo Coelho Carvalho	MPAC
Rodney Pereira de Paula	MPTO
Rosângela Corrêa da Rosa	MPRS
Sandra Soares de Pontes	MPMA
Sérgio Fernando R. Harfouche	MPMT

## Assuntos em Pauta

### 04/08/2015 - Terça-feira

15h - Reunião preparatória entre a Presidência do GNDH, Coordenadores-Gerais das Comissões Permanentes do GNDH e membros da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público.

### 05/08/2015 - Quarta-feira

Manhã

8h30 – Credenciamento

9h às 12h - Abertura solene com palestra de Roberto Caldas - Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Tarde

14h – Início das reuniões das Comissões Permanentes

## PAUTA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO – COPEDUC

14h às 15h - “*Financiamento no contexto do Sistema Nacional de Educação*”

Flávia Maria de Barros Nogueira

Diretora de Articulação com Sistema de Ensino – DASE/SASE/MEC.

15h às 16h - Debates e Reflexões sobre o tema

16h às 16h30 - *Projeto da Campanha João Cidadão*

*Campanha de Educação em Direitos Humanos – GT8/CDDF/CNMP*

Eduardo Augusto Salomão Cambi



Promotor de Justiça do MPPR.

16h30 às 17h - Debates

17h às 17h30 - *Projeto MPT na Escola*

Antônio de Oliveira Lima

Procurador-Chefe do MPT CE.

17h30 às 18h - *MPEDUC*

18h - Encerramento

### **06/08/2015 – Quarta-feira**

09h às 11h - *Educação Infantil Inclusiva*

Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick

Promotora de Justiça Coordenadora – MPMG/COPEDUC

Patrícia Cunha

Coordenadora do Núcleo de Inclusão – SMED-BH.

11h às 12h - *Controle do Cumprimento das metas do PNE no bojo do gasto mínimo em educação. Ações conjuntas em prol da educação infantil.*

Élida Graziane Pinto

Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo – MPC-SP.

12h às 13h – Debates

13h às 14h15 - Intervalo para Almoço

14h15 às 15h15 - *Sistema Nacional de Educação*

Professor Doutor Carlos Roberto Jamil Cury

Professor Emérito Titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UFMG.

Professor Doutor da PUCMinas.

15h15 às 16h - Debates

16h às 16h30 - *Controle Social da Alimentação Escolar: avanços e perspectivas - Vídeo*

Manoelita Brito Falcão

Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – FNDE.



16h30 às 17h - *Projeto Estágio Cidadão do MPPA*

Ioná Silva de Sousa

Promotora de Justiça do MPPA.

17h às 18h - Reunião Interna com os Membros da COPEDUC - Informes.

18h - Encerramento

### **07/08/2015 – Sexta-Feira**

08h às 10h - Ajustes Finais das Comissões Permanentes do GNDH

10h às 12h - Plenária e Encerramento do Encontro

## **Resumo do Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta**

### **DIA 05/08/2015 – 14h às 18h**

Iniciando as atividades, a Coordenadora-Geral cumprimentou os presentes e tratou da dinâmica e dos temas a serem debatidos durante a reunião da Comissão.

A primeira exposição foi realizada pela Diretora de Articulação com o Sistema de Ensino – DASE/SASE/MEC, Flávia Maria de Barros Nogueira, que tratou sobre o *Financiamento no contexto do Sistema Nacional de Educação*. Falou da fiscalização e monitoramento da implementação dos planos de educação pelos Estados e Municípios, apresentando dados nacionais atualizados, enfatizando a importância da utilização dos dados existentes no *Portal Construindo a Próxima Década*, alimentado pela SASE. Discorreu sobre a necessidade de definição do valor do Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi, criação dos planos de carreira dos profissionais de educação e dos desafios da implementação do Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 13 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014.

Em seguida, foi dada a palavra ao Promotor de Justiça do Paraná Eduardo Augusto Salomão Cambi, membro do GT8, que iniciou apresentação sobre o *Projeto João Cidadão – Educação em Direitos Humanos*. Expôs a importância da criação de novas formas de diálogo e interação do Ministério Público com a sociedade, destacando, nesse aspecto, a utilização das redes sociais, nos moldes desenvolvidos



sobre o Projeto em questão, que tem por objetivo conscientizar o cidadão sobre a temática dos direitos humanos. Informou que estão sendo elaborados planos de aulas a ser difundidos entre os docentes, para fins de divulgação do projeto e orientou os presentes a multiplicarem o conteúdo da campanha nos respectivos Estados, por intermédio das assessorias de comunicação dos Ministérios Públicos.

Após intervalo, os trabalhos foram reiniciados com apresentação do *Projeto MPT na Escola – De mãos dadas contra o trabalho infantil*, pelo Procurador-Chefe do MPT/CE Antônio de Oliveira Lima. Aduziu sobre o contexto da criação e os objetivos do projeto, enfatizando que a escola é ambiente propício para sua execução, pois 90% (noventa por cento) das crianças e adolescentes que trabalham estão matriculados em unidades de ensino. Solicitou a indicação de membro da COPEDUC para participar da Comissão Nacional do projeto, que avalia e premia os trabalhos elaborados pelos estudantes sobre a temática do combate ao trabalho infantil. Por fim, apresentou o quantitativo dos Municípios que já aderiram ao projeto, além de vídeo com a fala dos seus participantes, e conclamou os membros da COPEDUC a atuar em conjunto com os membros do MPT no combate ao trabalho infantil.

Durante os trabalhos, a Comissão foi visitada pelo Presidente do GNDH, Dr. Márcio Fahel, apresentando o Vice-Presidente do GNDH, Dr. Rony Almeida, que falou brevemente sobre sua atuação na área de defesa da saúde, colocando-se à disposição do grupo na atuação da defesa dos direitos humanos. Na mesma ocasião, foi apresentado o Promotor de Justiça Clodoaldo Anunciação, Secretário Executivo do GNDH, que também se colocou à disposição dos membros da Comissão durante o evento e agradeceu o empenho dos Promotores de Justiça e servidores do MPMG para sua realização.

Após, a Procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro trouxe informes sobre a execução do Projeto MPEDUC, destacando-se: a) o projeto já está sendo executado em 269 (duzentos e sessenta e nove) Municípios; b) nos dias 12 a 13 de novembro do corrente ano será realizado evento em Brasília, na sede da Procuradoria Geral da República, evento para avaliação e apresentação dos resultados até agora obtidos pelo MPEDUC, frisando que está sendo aventada a possibilidade do custeio pelo MPF do comparecimento de 01 (um) representante do Ministério Público por Estado, enquanto o segundo membro teria suas despesas custeadas pelo órgão de origem; c) está em curso a elaboração de “*aba de boas práticas*” no site do MPEDUC, cujos questionários integrantes no projeto também estão passando por processo de revisão, além de estar sendo aventada a possibilidade de elaboração de um projeto do MPEDUC específico a ser executado em grandes cidades, em razão



das vicissitudes dos grandes centros urbanos, motivos pelos quais solicitou o envio de sugestões/contribuições pelos membros da Comissão. Por derradeiro, tratou das ações que vem sendo empreendidas pelo Grupo de Trabalho do MPF para viabilizar a divulgação dos dados relativos à aplicação dos recursos do FNDE e respectivas prestações de contas, esclarecendo que o órgão está em vias de assinar termo de ajustamento de conduta com a autarquia sobre o assunto.

Sobre esse último tema, a Coordenadora-Geral da Comissão Maria Elmira comunicou que em 18/06/2015 participou juntamente com a Vice-Coordenadora, Simone Disconsi, em Brasília de reunião com representantes do MEC e FNDE, ocasião em que, dentre outros temas, foi abordada a necessidade de divulgação dos dados referentes às aplicações e prestações de contas dos recursos repassados pelo FNDE aos Estados e Municípios, tendo a autarquia enviado em resposta o passo a passo e os link acessíveis no Portal do FNDE já encaminhados aos membros da Comissão através de correspondência eletrônica, datado de 29/06/2015.

Houve pronunciamento e debates dos membros da Comissão após todas as exposições, com esclarecimentos e comentários prestados pelos expositores, sendo encerradas as atividades às 18h.

#### **DIA 06/08/2015 – 9h às 13h – 14h15 às 18h**

Após a abertura dos trabalhos do dia pela Coordenadora-Geral, deu-se início a exposição da Professora Patrícia Cunha, Coordenadora e Gerente do Núcleo de Inclusão da Secretaria de Educação do Município de Belo Horizonte - SMED, sobre “*Educação Infantil Inclusiva*”. Cuidou de conceituar a incondicionalidade, ou seja, o direito que toda a criança com deficiência tem de ser, pertencer, participar, viver a infância e se desenvolver, além de apontar os desafios para a oferta de educação infantil verdadeiramente inclusiva, discorrendo sobre questões pedagógicas e as relativas à política de pessoal do atendimento educacional especializado – AEE, além de ter destacado a oferta e a matrícula prioritária às crianças com deficiência do município.

Complementando a temática, a Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick comentou a parceria entre o MPMG e o desenvolvimento da política de educação inclusiva do Município de Belo Horizonte.

Em continuidade, passou-se a ouvir a Procuradora do Ministério Público de Contas



de São Paulo Élida Graziane Pinto sobre o “*Controle do Cumprimento das metas do PNE no bojo do gasto mínimo em educação. Ações conjuntas em prol da educação infantil (universalização da pré-escola)*”. Enfatizou a necessidade da atuação conjunta dos MPs estaduais, dos MPs de Contas e dos MPFs, dentro das suas especificidades, com constante provocação dos Tribunais de Contas, órgãos técnicos responsáveis pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos pelos entes estatais. Tratou do arcabouço legal que deve ser considerado na fiscalização da aplicação dos recursos destinados à educação, e a análise de seus orçamentos prévios, apresentando diversas situações concretas de atuação do MP de Contas, inclusive em conjunto com outras áreas e ramos do Ministério Público, diante da indevida aplicação desses recursos.

Após o intervalo do almoço, os trabalhos foram reiniciados com a exposição do Professor Doutor Carlos Roberto Jamil Cury, PUCMinas, sobre o *Sistema Nacional de Educação*. Apresentou retrospecto histórico sobre o tema e asseverou que o Sistema Nacional de Educação deverá contar obrigatoriamente com a seguinte composição: a) previsão de formas de financiamento da educação, inclusive através da regulamentação do regime de cooperação, previsto no art. 23, parágrafo único da Constituição Federal; b) deve promover alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação; c) criação da base nacional curricular comum; d) criação de lei de responsabilidade educacional; e) e a consideração das desigualdades regionais. A temática despertou bastante interesse nos membros da Comissão, ampliando-se para discussão dos dispositivos do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) que tratam da criação do Sistema Nacional de Educação, sugerindo ainda o expositor diferentes formas de atuação extrajudicial do Ministério Público para implementação efetiva desse sistema, conforme previsto no dispositivo legal. Destacou que o Sistema Nacional de Educação foi inserido no ordenamento constitucional pela EC nº 59/2009, art. 4º: “*O art. 214 da CF passa a vigorar com a seguinte redação: a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação, em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzem a: ... VI – estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto*”.

Foi retirada da pauta em razão do adiantado da hora a exposição do vídeo da Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do FNDE, Manoelita Brito Falcão, sobre o *Controle Social da Alimentação Escolar*:



*avanços e perspectivas*, comprometendo-se a Coordenação-Geral da Comissão a enviar o material (DVD) aos seus membros.

Também para possibilitar a reunião interna, debates finais e elaboração de encaminhamentos pelos membros da Comissão, foi adiada para próxima reunião do GNDH a explanação sobre o *Projeto Estágio Cidadão*, desenvolvido pela Promotoria de Justiça do MPPA.

Na sequência, iniciou-se a reunião interna da Comissão, visando a divulgação dos informes da coordenação e a deliberação de providências e ações a serem desenvolvidas pelos seus membros.

## **- INFORMES**

1) na reunião dos Coordenadores-Gerais das Comissões, realizada no dia 04/08/2015, foram discutidos os seguintes assuntos:

a) sugestões sobre a temática da palestra magna, que deverá versar sobre tema de interesse de todas as Comissões do GNDH;

b) sugestão da realização de uma terceira reunião do GNDH neste ano de 2015, para fins de avaliação do cumprimento das ações e metas planejadas nas duas primeiras reuniões, inclusive com a possibilidade de coincidir com a reunião do CNPG, a ser realizada na cidade de Brasília;

c) possibilidade de comparecimento na reunião do CNPG dos Coordenadores-Gerais para apresentação dos trabalhos desenvolvidos por todas as Comissões do GNDH.

**Posta em votação as sugestões constantes nos itens “b” e “c”, por unanimidade, os membros da Comissão concordaram com a realização da terceira reunião das Comissões do GNDH no corrente ano e também pela apresentação dos trabalhos das Comissões em reunião do CNPG;**

d) necessidade de ampliar a visibilidade externa dos trabalhos das Comissões do GNDH, no Portal do CNPG;

e) comparecimento de membros da Comissão do GNDH aos tribunais superiores com



anuência da Presidência do GNDH; e

f) foi comunicado que nos período de 18 a 20 de novembro do corrente ano será realizada a I Semana Internacional de Direitos Humanos, na cidade de Salvador/BA.

## **- DELIBERAÇÕES**

1 - Revisão dos termos do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o MEC e o CNPNG, cuja vigência termina em janeiro de 2016 – Votada a questão, por maioria, foi definida que o Acordo de Cooperação Técnica será enviado para todos os membros da Comissão para formulação de sugestões de alterações. Ficou definido ainda a formação de grupo de trabalho para compilar as sugestões apresentadas e elaborar o texto final, composto pelos membros da Comissão Maria Elmira (MPMG), Simone Disconsi (MPGO), Eleonora Rodrigues (MPPE) e Sandra Pontes (MPMA);

2 - Sobre a criação, implementação e acompanhamento da execução dos planos de educação, pelos Estados e Municípios, conforme Plano de Atuação dos MPs sobre o tema, apresentado na reunião do GNDH de Salvador/BA, foi elaborado o seguinte enunciado:

**01/2015: INCUMBE AOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ACOMPANHAR O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NO ARTIGO 8º DA LEI Nº 13.005/2014, BEM COMO ADOTAR MEDIDAS QUE GARANTAM A EFETIVIDADE DAS ESTRATÉGIAS E METAS PREVISTAS NOS RESPECTIVOS PLANOS.**

3 – Com relação ao acompanhamento pelo Ministério Público do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, foi elaborado ainda o seguinte enunciado sobre a gestão democrática, considerando o prazo de 02 (dois) anos, contado da publicação do PNE, conforme previsão do seu art. 9º:

**02/2015: OS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DEVEM DESENVOLVER ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO VISANDO GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO, POR PARTE DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 13.005/14, QUE TRATA DA REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS RESPECTIVOS ÂMBITOS DE ATUAÇÃO.**



3 – Com relação a Campanha “João Cidadão” será encaminhado o material (revista) para os membros da Comissão, que deverão apresentar suas sugestões, conforme solicitado pelo expositor, até o dia 17/08/2015.

4 – Com relação a Meta 2 do planejamento estratégico da COPEDUC, foram apresentadas respostas dos TCEs pelas representantes do MPRN e MPMA, sobre o cumprimento do art. 212 da CF, que serão enviadas aos membros da Comissão pela sua Coordenação-Geral.

5 – Considerando a existência de interesses comuns relativos ao planejamento, gestão e controle dos recursos destinados à educação, inclusive no aspecto preventivo orçamentário, por unanimidade, foi deliberado pelos membros da Comissão a possibilidade da participação de representante do MP de Contas na COPEDUC, devendo tal matéria ser enviada para apreciação do CNPG.

6 – Por unanimidade foi deliberada a apresentação de sugestão de análise pelo CNPG da celebração de termo de cooperação técnica ou documento similar entre o colegiado e a Associação Nacional do Ministério Público de Contas – AMPCON e ATRICON, no tocante à verificação orçamentária do gasto mínimo nas metas do PNE.

Em seguida passou-se à elaboração conjunta da ata e dos encaminhamentos à plenária.

## ENCAMINHAMENTOS

- **COORDENAÇÃO:** 1) encaminhar aos membros da Comissão o material apresentado sobre: a) o Projeto da Campanha “*João Cidadão*”; b) Projeto *MPT na Escola*; c) Controle do cumprimento das metas do PNE no bojo do gasto mínimo em educação; 2) enviar para o email da Comissão a minuta da revista e contatos de Eduardo Cambi ([eduardogambi@hotmail.com](mailto:eduardogambi@hotmail.com)); 3) enviar as conclusões do Colóquio de Educação em Direitos Humanos do RJ aos membros da Comissão; d) atualizar cronograma dos eventos em parceria com o MEC previstos para o corrente ano; e) relatório de atividades da Comissão.



**- ANTÔNIO DE OLIVEIRA LIMA – apresentar lista dos Procuradores do MPT que estão executando o Projeto *MPT na Escola*, com posterior repasse aos membros da Comissão.**

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2015.

---

**Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick  
Coordenadora-Geral da COPEDUC**

---

**Simone Disconsi de Sá Campos  
Vice-Coordenadora COPEDUC**

---

**Eleonora Marise Silva Rodrigues  
Secretária da COPEDUC**